

Abaixo assinado a seguir, qualificando, vem requerer:

**Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete****MG**

Endereço: Av. Prefeito Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro - (31) 3769-2626 - CONSELHEIRO LAFAIETE -

PROCESSO EXTERNO**Nº 4863 / 2021****vol.0**

Data de Abertura : 30/06/2021

Hora de Abertura : 12:00

Assunto : **OFICIOS**

Interessado : VIAÇÃO TURISMO LTDA

CNPJ : 33.700.092/0001-71

Endereço : AVENIDA ANGELICA

, 2163 , CONJUNTO 172 E2

Bairro : CONSOLAÇÃO

CEP : 01227200

Cidade : SAO PAULO

UF : SP

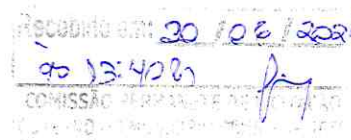
Telefone : 99984168378

E-mail :

Celular : 11971878948

Encaminhar Para : DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Descrição do Processo : CONTRARRAZOES RECURSO ADMINISTRATIVO CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA .



ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

ASSINATURA SERVIDOR / CARIMBO

Para verificar seu protocolo, acesse o endereço eletrônico www.conselheirilafaiete.mg.gov.br



VIAÇÃO TURISMO LTDA

CONTRA RAZOES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, REFERENTE AO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE URBANO E RURAL NO MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.

CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA:

VIAÇÃO TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.33.700.092/0001-71, devidamente representado pelo seu representante legal, **Elia Aldorgham**, solteiro, empresário, sírio, devidamente inscrito no RG/RNE n. G464046-N e CPF/ MF sob o n.238.570.388-29, todos com endereço comercial a Rua Nicolas Boer, 440, Bairro Barra Funda, São Paulo - SP, vem a presente apresentar suas

CONTRARRAZOES ao Recurso

ao CHAMAMENTO PUBLICO SIMPLIFICADO PARA A SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, NO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE, MG.

Tendo em vista o RECURSO apresentado pela empresa Transbellaflor transportes e fretamentos Eireli vem a presença de vossa senhoria, apresentar suas contrarrazões:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com base nos fatos e fundamentos do direito a seguir:

1º. Item: A empresa Viação Turismo Ltda reitera todos seus argumentos apresentados anteriormente em sede de Recurso apresentado, e para tanto faz cópia como documento anexo da presente. Em que pese em sua defesa transcreve os pontos de que trata tão somente a licitante que neste ato apresenta suas contrarrazões:

Viação Turismo Ltda
CNPJ: 33.700.092/0001-71
Av Angelica, 2163 – Conjunto 172 E2
Consolação – SP – CEP 01227-200

GARAGEM: Rua Nicolas Boer, 440
Pq. Indus.Tomas Edson-Barra Funda-SP
licitacao@viacaoamarelinho.com.br



“A documentação citada na ata de 18/06/21, se encontra anexo com uma via para protocolar conforme lei de licitações, o documento tido como não entregue na ata assemblear esta devidamente protocolado nos documentos do envelope, não podendo este ente privado se responsabilizar pelo site do governo que não estava em funcionamento para checagem da autenticação on line, o documento que não fora considerado tido como balanço patrimonial que também fora entregue e não considerado pela mesa, deveria ter sido considerado isso porque devido as complicações do covid-19 as empresas estão com o prazo até 30 de julho para lançamento de seus balanços, assim como fora acatado a mesma justificativa para a empresa que foi considerada habilitada “VIAÇÃO UMUARAMA”, deveria constar a mesma validade para as demais afinal ‘O DIREITO É PARA TODOS’, sendo assim não há motivos para desclassificação desta empresa “VIAÇÃO TURISMO LTDA”.

2º. Item: Reitera sua indignação quanto a habilitação da empresa VIACAO UMUARAMA, pelos fatos já alegados e provados em sede de RECURSO, e que traz ainda a baila mais provas que demonstram que o sócio da Viação Umuarara e a empresa anteriormente que operava o sistema trata-se de mesma pessoa inclusive que figurava como administrador da mesma.

Sendo assim fica latente, provado de forma irrefutável que a VIACAO UMUARAMA LTDA jamais poderia sequer participar do certame por infringir a Lei de licitações como abaixo transcrito e reiteradamente conforme recurso anteriormente apresentado.

A manobra utilizada pelo GRUPO “VIAÇÃO UMUARAMA” INFRINGE A lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que regulamenta o art. 37 inciso XXI da Constituição Federal, institui as normas para licitações e contratos da Administração Publica em pelo menos 12 artigos conforme se demonstra:

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;



VIAÇÃO TURISMO LTDA

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



VIAÇÃO TURISMO LTDA

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 90. *Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa

Art. 91. *Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 93. *Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 95. *Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

Art. 97. *Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
EXPRESSO SANTA MARIA LTDA
CNPJ 19.752.581/0001-93**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do reembolso da cota-parte do sócio retirante será encontrado pela divisão do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado em Balanço especialmente levantado para este fim, dentro de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á de acordo com o que for avençado livremente entre as partes. Caso aos partes não entrem em acordo, o pagamento do valor integral dar-se-á em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelo IGPM do período, acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, sendo o primeiro pagamento no primeiro dia imediatamente posterior ao dia de vencimento do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As cotas não poderão ser transferidas a terceiros sem prévio e expresso consentimento do outro sócio, que terá peremptoriamente, o direito de preferência. O sobredito consentimento será consignado no próprio instrumento de alteração ou instrumento à parte.

PARÁGRAFO QUARTO: O sócio remanescente terá preferência, em igualdade de condições, para adquirir as cotas do sócio retirante. Se o sócio remanescente, ou a Sociedade, não usarem do direito de preferência que lhes é assegurado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da comunicação, fica assegurado ao sócio retirante o direito de ceder suas cotas a terceiros, valendo o instrumento de cessão, depois de registrado no Cartório de Títulos e Documentos, como prova plena de alteração de titularidade do Contrato Social, sendo, portanto, ineficaz em relação à Sociedade a feitura de qualquer cessão ou transferência de cotas com infração às regras estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA IMPENHORABILIDADE DAS QUOTAS

É expressamente vedado aos cotistas, constituir qualquer ônus sobre as quotas, sendo as mesmas impenhoráveis, nos termos do artigo 649, inciso I do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A sociedade será administrada pelo sócio **GENEDLY CONSTANTINO DE OLIVEIRA**, e pelos senhores, **RODRIGO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, desquitado, empresário, nascido em 14/01/1967 em Patrocínio/MG., Residente à Rua Pirapetinga, 537, Apto. 1.601, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, CEP-30.220-150, cédula de Identidade M-4.138.845, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais CPF.: 574.712.586-91, **ROGÉRIO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 13/05/1971 em Patrocínio/MG., Empresário, residente à Rua Pirapetinga, 537, Apto. 1.601, Bairro Serra Belo Horizonte/MG, CEP-30.220-150; cédula de identidade M-6.017.195, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF.: 842.634.316-34 e **CRISTIANO PAIVA CONSTANTINO**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 28/12/1977, em Patrocínio/MG., Residente à Rua Montevideu, 309, Apto. 1.301, Bairro Sion, Belo Horizonte/MG CEP-30.315-560; cédula de identidade M-6.017.195.

Informação principal

CNPJ	18.527.671/0001-70 [MATRIZ]
Nome da empresa	VIACAO PRESIDENTE LTDA
Fantasia nome	VIACAO PRESIDENTE
Início atividade data	1976-02-18
Natureza jurídica	Sociedade Empresária Limitada
Situação cadastral	ATIVA desde 2005-11-03
Qualificação do responsável	Sócio-Administrador
Capital social	R\$ 6.000.000,00
Porte da empresa	DEMAIS
Opção pelo simples	NÃO OPTANTE
Opção pelo MEI	NÃO

Endereço

Rua Prof Mario Casasanta, 120
CARLOS PRATES
BELO HORIZONTE - MG
30710-410

Contatos

- Correio eletrônico: contabilidade@viacaopresidente.com.br

Sócios

Código	Nome	Data de entrada	Qualificação
CPF***697936**	Genedly Constantino de Oliveira	1998-08-25	Sócio
CPF***770986**	Roberto Jose de Oliveira Silva	1998-08-25	Sócio-Adm
CPF***692546**	Balthazar Pereira da Silva	1998-08-25	Sócio
CPF***697266**	Mucio Claudio Amaral	1998-08-25	Sócio-Adm
CPF***500626**	Lucia Alves de Oliveira	2008-10-30	Sócio
Representante CPF**4700826**	Dimel Empreendimentos Ltda	2008-10-30	Sócio Representante Administrador
Representante	Phuma Participações Ltda	2015-12-15	Sócio Representante

18/05/2024



VIAÇÃO TURISMO LTDA

3º. Item: Do recurso apresentado pela empresa Transbellaflor transportes e fretamentos Eireli, não deverá prosperar pelos motivos elencados abaixo:

- a) A empresa em questão tem seu capital social no importe de R\$200.000,00, não apresentando capacidade econômica para assumir uma operação em questão, já que só os veículos que deverão ser apresentados para operação equivale pelo menos 10(dez) vezes mais o valor.
- b) Apresenta um balanço patrimonial não comprovado no importe de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), além de demonstrar um passivo que o capital social comprovando tratar-se de empresa com dívidas não tendo capacidade de pagamento.
- c) Se contradiz quando informa que tem um faturamento mensal de R\$ 575.000,00 reais mês como empresa de ônibus, mais informa gastar apenas R\$12.000,00 em combustível em qualquer operação de transporte de passageiro um único ônibus que gasta em 15 dias com um Km médio equivalente a operação urbana.

A conta não fecha e não precisa ser perito para entender que a conta sempre soma menos ou mais, e se não bater não há "milagres" a serem feitos, ou você tem capacidade financeira operacional ou não tem, e no caso da empresa Transbellaflor a mesma não mostrou tal capacidade.

DO PEDIDO:

Reitera na presente contrarrazões todos os fundamentos fatos e pedidos em sede de Recurso administrativo.

- a) A inabilitação da VIAÇÃO UMUARAMA LTDA e da empresa TRANSBELLAFLOR TRANSPORTES E FRETAMENTOS - EIRELI, dentro dos termos da lei constitucional de licitações citados no presente recurso.
- b) A habilitação da empresa VIAÇÃO TURISMO LTDA.

Termos em que, PEDE O DEFERIMENTO, confiantes na honestidade e clareza do certame.

São Paulo, 22 de junho de 2021

VIAÇÃO TURISMO LTDA

CNPJ 33.700.092/0001-71

Viação Turismo Ltda
CNPJ: 33.700.092/0001-71
Av Angelica, 2163 – Conjunto 172 E2
Consolação – SP – CEP 01227-200

GARAGEM: Rua Nicolas Boer, 440
Pq. Indus.Tomas Edson-Barra Funda-SP
licitacao@viacaoamarelinho.com.br